



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
REQUERIMENTO Nº

5313

Requer o registro nos Anais da Câmara Municipal da matéria "Comissão aprova projeto para tentar tirar direitos de gays", publicada no jornal O Povo em 21 de novembro de 2013.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.


O Vereador Ronivaldo Maia (PT-CE), no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem, mui respeitosamente, requerer a V. Exa., após ouvido o Plenário, que seja inserida nos anais desta casa a matéria "Comissão aprova projeto para tentar tirar direitos de gays", publicada no jornal O Povo em 19 de setembro de 2013.

Requer ainda que seja dado conhecimento do inteiro teor desta propositura a:

Jornal O Povo

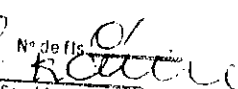
Avenida Aguanambi, 282, José Bonifácio, CEP 60.055-402 – Fortaleza, CE.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO EM 22 DE novembro DE 2013


VER. RONIVALDO MAIA
PARTIDO DOS TRABALHADORES -CE

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

22 NOV. 2013

10:50 Nº de fls. 01

Servidor

CDH] comissão aprova projeto para tentar tirar direitos de gays

Propostas querem reverter decisões do Judiciário sobre casamento e união civil de pessoas do mesmo sexo e rejeitam projeto que garantia benefícios previdenciários a dependentes de companheiros homossexuais

Comandada pelo seu presidente, pastor Marco Feliciano (PSC-SP), e dominada pela bancada evangélica, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou duas propostas para tentar reverter decisões do Judiciário sobre casamento e união civil de pessoas do mesmo sexo e rejeitou projeto que garantia em lei benefícios previdenciários a dependentes de companheiros homossexuais. Um dos projetos prevê a realização de plebiscito para decidir sobre o reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo.

O objetivo é fazer com que

uma eventual consulta popular contrarie decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu os efeitos jurídicos destas uniões, que passaram a poder ser registradas em cartório. O outro projeto aprovado prevê a suspensão da decisão que permite a realização de casamentos civis gays em cartórios, tornando obrigatória por resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As duas propostas seguirão para outras comissões e irão a plenário.

Já o projeto rejeitado visava tornar lei que compariava direitos de servidores e beneficiários do INSS passasem a ser considerados de-

pendentes destes, tendo direito, por exemplo, a receber pensão. O parecer contrário não significa o arquivamento do projeto, mas obrigará o plenário a debater-se sobre o tema caso deseje aprová-lo. O ataque ao movimento LGBT foi preparado com a bancada evangélica para levar adiante todas as matérias antes do encerramento do mandato de Feliciano, em fevereiro do ano que vem. A expectativa da comissão é de que haverá no máximo mais uma reunião de votação até o fim do ano. "Meu papel é colocar para votar. Não tenho medo do enfrentamento, não tenho medo do que escreve



ANTÔNIO ARAÚJO / AG. CÂMARA
Marcos Feliciano disse não ter medo do enfrentamento